



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

MARCOS VINICIUS DE FREITAS CASTELLI

**ANALISE ENTRE A RELAÇÃO DOS INDICES DE MENSURAÇÃO
EDUCACIONAIS ESTABELECIDOS PELO MEC, E OS RESULTADOS DO EXAME
DE SUFICIÊNCIA DO CFC NA REGIÃO NORTE**

ARIQUEMES/RO

2020

MARCOS VINICIUS DE FREITAS CASTELLI

**ANALISE ENTRE A RELAÇÃO DOS INDICES DE MENSURAÇÃO
EDUCACIONAIS ESTABELECIDOS PELO MEC, E OS RESULTADOS DO EXAME
DE SUFICIÊNCIA DO CFC NA REGIÃO NORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso para a
obtenção do grau em Bacharel em
Ciências Contábeis, apresentado à
Faculdade de Educação e Meio
Ambiente – FAEMA.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Tatianne
Aparecida de Oliveira Cardoso.

ARIQUEMES/RO

2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Júlio Bordignon - FAEMA

C348a CASTELLI, Marcos Vinicius de Freitas.

Análise entre a relação dos índices de mensuração educacionais estabelecidos pelo MEC, e os resultados do Exame de Suficiência do CFC na Região Norte. / por Marcos Vinicius de Freitas Castelli. Ariquemes: FAEMA, 2020.

46 p.

TCC (Graduação) - Bacharelado em Ciências Contábeis - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.

Orientador (a): Profa. Ma. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso.

1. Exame de Suficiência. 2. Instituições de Ensino Superior. 3. Aprovação no CFC. 4. Mensuração educacional . 5. MEC. I Cardoso, Tatianne Aparecida de Oliveira. II. Título. III. FAEMA.

CDD:657

Bibliotecária Responsável
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
CRB 1114/11

MARCOS VINICIUS DE FREITAS CASTELLI

**ANALISE ENTRE A RELAÇÃO DOS INDICES DE MENSURAÇÃO
EDUCACIONAIS ESTABELECIDOS PELO MEC, E OS RESULTADOS DO EXAME
DE SUFICIÊNCIA DO CFC NA REGIÃO NORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso para a
obtenção do grau em Bacharel em
Ciências Contábeis, apresentado à
Faculdade de Educação e Meio
Ambiente – FAEMA.

Banca examinadora

Orientadora: Prof.^a Ma. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso

<http://lattes.cnpq.br/1244507918393716>

Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof. Esp. Ronaldo Rodrigues Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/7763453799803467>

Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof. Esp. Thyago Vinicius Marques Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/8327395586171818>

Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

ARIQUEMES/RO

2020

Dedico especialmente a minha família e professores,
esta pequena imperatividade, perante ao ócio.
Grato, por tudo.

“Quando se olha muito tempo para o abismo,
o abismo olha para você”.
Friedrich Nietzsche.

RESUMO

No Brasil a contabilidade é uma área em constante expansão, que possui todos anos milhares de novos egressos no mercado de trabalho. Para regular tal entrada o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vinculou a possibilidade de exercer a profissão, um exame avaliativo, conhecido como Exame de Suficiência, este que ocorre semestralmente. Neste cenário, os índices de aprovação são um questionamento contínuo na área acadêmica, por serem visivelmente baixos, visando explorar um pouco desta situação, o presente trabalho busca através dos índices dispostos pelo Ministério da Educação (MEC) referentes as Instituições de Ensino Superior (IES) da área contábil criar uma correlação entre estes, e os baixos índices de aprovação dos últimos anos. A uma gama bem vastas de possíveis variáveis, sendo as com maior mensurabilidade as dispostas pelo MEC, desta forma possibilitando um estudo, este que terá como alvo a região norte. Visando obter os dados mais fiéis possíveis, utilizou-se do teste de normalidade, para classificar a amostra, e em seguida fora utilizado o teste de regressão logística multinomial. Com os resultados primários, fica visível nos testes gerais que o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito do Curso (CC) estabelecido pelo MEC, estão diretamente ligados aos índices de aprovação, pois nos testes realizados, ambos possuíam a resultante de significância dentro do aceitável.

Palavras-Chave: Exame de Suficiência. Instituições de Ensino Superior. Índices de Aprovação no CFC

ABSTRACT

In Brazil, accounting is a constantly expanding area, which has thousands of new graduates in the job market every year. In order to regulate this entry, the Federal Accounting Council (CFC) linked the possibility of taking an assessment exam, known as Sufficiency Examination, which takes place every six months. In this scenario, the approval rates are a continuous questioning in the academic area, as they are visibly low, aiming to explore a little of this situation, the present work seeks through the indices provided by the Ministry of Education (MEC) regarding Higher Education Institutions (IES) of the accounting area create a correlation between these and the low approval rates in recent years. To a very wide range of possible variables, the most measurable being those provided by the MEC, thus enabling a study, which will target the northern region. As primary results, it is visible in the general tests that the National Student Performance Exam (ENADE) and the Course Concept (CC) established by the MEC, are directly linked to the approval rates, because in the tests performed, both had the result of significance within the acceptable range.

Keywords: Sufficiency Exam. Higher Education Institutions. CFC Approval Ratings

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Diferença de Aprovação por Modalidade de Instituição.....	37
Gráfico 2 – Aprovação por Estado e Modalidade no Ano de 2017.....	38
Gráfico 3 – Aprovação por Estado e Modalidade no Ano de 2018.....	39
Gráfico 4 – Aprovação por Estado e Modalidade no Ano de 2019.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apuração de IES.....	32
Tabela 2 – Estatística Descritiva por Ano.....	36
Tabela 3 – Estatísticas Descritiva por Índice.....	36
Tabela 4 – Teste de Colinearidade.....	40
Tabela 5 – Teste de Correlação Geral.....	42
Tabela 6 – Teste de Correlação de Instituições Presenciais.....	43
Tabela 7 – Teste de Correlação de Instituições EaD.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Conceito do Curso
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Conceito Preliminar do Curso
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
EaD	Ensino a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MNESP	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
MOD	Modalidade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
VIF	Variance Inflation Factor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	16
2.1 – OBJETIVOS GERAIS	16
2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	17
3.2 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E SUA RELAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL	18
3.3 O CONSELHO FEDERAL E REGIONAIS DE CONTABILIDADE E O EXAME DE SUFICIÊNCIA	19
3.4 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O EXAME DE SUFICIÊNCIA.....	21
3.5 INDICES EDUCACIONAIS USADOS PELO MEC.....	22
3.5.1 Mensuração Educacional.....	22
3.5.1.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).....	24
3.5.1.2 Conceito do Curso (CC).....	24
3.5.1.3 Conceito Preliminar do Curso (CPC).....	25
3.5.1.4 Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)	26
3.6 MODALIDADES DE ENSINO	26
3.6.1 Modalidade de Ensino Presencial	26
3.6.2 Modalidade de Ensino a Distância (EaD)	27
3.6.3 EaD x Presencial.....	28
3.7 TIPO DE ADMINISTRAÇÃO DA IES.....	28
3.7.1 IES de administração pública	28
3.7.2 IES de administração privada.....	29
4 METODOLOGIA.....	31

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
5.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS.....	34
5.2 – TESTES ESTATÍSTICOS	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

A área contábil é uma vertente dos estudos sociais, que se aplica através da ênfase no controle patrimonial, tendo desde os primórdios da humanidade, impactado nas interações sociais, e nas propriedades do indivíduo. Devido a evolução da concepção de vida comunitária, e o aumento do conceito social, até a conjuntura atual, a área contábil evolui e mudou diversas vezes, tomando características próprias, e desenvolvendo métodos cada vez mais precisos para o seu objetivo. Paramétrica a quase todas as temáticas de estudo, a contabilidade também tomou formato de escola intelectual em determinado tempo, podendo assim ser difundida como profissão baseada em cadeia educacional. Progredindo de forma notável, os estudos da área, se compuseram como um pilar para o sustento das relações comerciais, administrativas e financeiras, sendo o profissional que apurava todos esses dados nomeados de guarda livros, o qual posteriormente ganharia a nomenclatura, de contador (SILVA; BARBOSA, 2018; COSTA; SILVA, 2019).

Difundido os ideais contábeis, as instituições de ensino começaram a ofertar o estudo contábil, se espalhando rapidamente para todo o mundo, até alcançar o parâmetro do mundo contemporâneo. Classificada como uma ciência social, a contabilidade se tornou um curso acessível, e menos custoso se comparada a outros, assim obtendo grande procura no Brasil, e ocupando altos índices de estudantes ingressando anualmente, nas diversas instituições de ensino superior. Devido a tal difusão, e a popularização do curso, medidas regulatórias surgiram, estas criadas pelo conselho da classe contábil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desta forma, foi estabelecido através de resolução do CFC o Exame de Suficiência, este que compreende uma prova objetiva, com cinquenta questões, que apresenta diversos conteúdos da área contábil. Para aprovação do examinando é necessário obter no mínimo 50% de acerto em todas as questões. Inicialmente, nos seus primeiros anos, o exame possuía apenas poder de resolução, o que poderia tornar sua aplicação questionável, desta forma o exame de suficiência foi restabelecido, pela Lei nº 12.249/2010, sendo ele regulamentado pela Lei nº 1.486/15, assim dando critério legislativo e inquestionável até a presente data (RIBEIRO *et al*, 2019; CORDEIRO; RAUSCH, 2011).

Entendido uma fração do desenvolvimento da área contábil, é possível prosseguir o instrumento a ser avaliado junto ao exame de suficiência, estes que são os índices dispostos pelo Ministério da Educação (MEC). O crescente desenvolvimento do ensino superior no Brasil, tornou-o por necessário a criação de um método de regulamentação e regularização das instituições, para evitar uma erosão no ensino, desta forma o MEC foi criado, e estabeleceu

diversas diretrizes para julgar a qualidade e funcionalidade de instituição de ensino. Neste trabalho em específico, os objetos abordados, são os índices de mensuração educacional, realizados com o intuito de medir a qualidade do ensino, estrutura, corpo docente e outros fatores do ensino superior (FIALHO; BARROS; RANGEL, 2019).

Objetiva-se neste trabalho fazer um comparativo estatístico entre as variáveis obtidas pelo MEC, com relação a uma média do índice de aprovação anual do exame, desta forma promovendo um entendimento de uma possível correlação, ou não. Os índices educacionais a serem comparados, são o Conceito do Curso (CC), Conceito Preliminar do Curso (CPC), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD), todos que podendo ou não oferecer relação, mas que de qualquer forma estão vinculados ao posicionamento da IES, perante o mercado estudantil. Além destas, será realizado a apuração estatística da incidência destas variáveis dentro do tipo da modalidade, e se possível traçar alguma diferença entre elas (SPRENGER *et al*, 2018; MENDONÇA *et al*, 2020).

2 OBJETIVOS

2.1 – OBJETIVOS GERAIS

Analisar as possíveis variáveis educacionais que culminam nos resultados do exame de suficiência do CFC da Região Norte.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o índice de aprovação do Exame de Suficiência da Região Norte;
- Analisar o índice de aprovação do Exame de Suficiência dos estados da Região Norte;
- Explorar a correlação de dados para confirmar as relações das variáveis com os resultados do Exame de Suficiência.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação é um dos fatores notáveis que influenciam na evolução humana, e para o aprimoramento social e intelectual. Neste contexto, o mundo se moldou em torno de metodologias de ensino, diversas em sua origem e natureza, tendo parâmetros divergente de região para região. O Brasil pactua com tal contexto, criando assim uma cadeia educacional, baseada em graus de ensino, sendo eles Ensino Fundamental, Médio e Superior. Será abordado brevemente sobre o Ensino Superior neste trabalho, o qual é responsável por entregar profissionais qualificados no mercado de trabalho, e definir vários fatores sociais, econômicos e políticos (COSTA; SILVA, 2019; CARVALHO, 2018).

O ensino superior é responsável pela diversificação do capital intelectual, no mercado de trabalho, sendo composto por vários segmentos, estes que são responsáveis por ditar as diversas atividades profissionais em uma gama quase ilimitada de setores. A diversificação no âmbito profissional é algo importante para a manutenção social, tendo em vista que a região societária, necessita da manutenção advinda de vários profissionais de setores e qualidade diversas. Tal situação corresponde a um equilíbrio que pode ser alcançado pela oferta equilibrada de cursos e profissionais em cada área de atuação, tendo assim o intuito de evitar a saturação em determinadas atividades, o que ocorre quando há uma imersão muito grande de profissionais de uma mesma formação no mercado de trabalho (MESQUITA; VASCONCELOS, 2020).

No Brasil, um país em desenvolvimento, a educação segue um ritmo lento, se comparado aos países desenvolvidos, contudo ainda é de extrema importância para a manutenção social, bem como para o desenvolvimento adequado da nação. Devido a precariedade em determinadas instancias do ensino ao redor do país, a qualidade do ensino superior possui variação regional, e esta situação se estende do ensino fundamental ao superior, oferecendo um reflexo até nas qualificações educacionais pós ensino superior. Tendo tal precariedade no ensino, o Brasil acabou formando uma demanda de estudantes interessados em ensino superior, maior do que o ensino público consegue suprir, nesta situação as instituições de ensino privado se situam em maior quantidade (RODRIGUES; SILVA, 2019; KEMP, 2019).

Observando tal situação, os órgãos de gestão educacional tiveram que estabelecer instrumentos de controle na qualidade do ensino e parâmetros para se nutrir uma relação educacional concisa, podendo esta, receber um certificado de validade nacional. Para tal o MEC

usou de análises estruturais diversas, provas aplicadas aos corpos acadêmicos da IES, bem como visitas técnicas promovidas por fiscais e profissionais, para analisar as condições e metodologias de ensino na instituição, resultando em notas finais, e aprovando ou não a instituição (FIALHO; BARROS; RANGEL, 2019, FERRETI, 2017).

3.2 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E SUA RELAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Surgido nos primórdios da humanidade comunitária, a contabilidade se originou através de metodologias matemáticas básicas, que inicialmente possuíam teor de mera subsistência, sendo o usuário inicial aquele que buscava controlar sua produção, está primária, que na época estaria ligada a agricultura. Vislumbrado o potencial que o controle sobre a propriedade traria de retorno, os métodos foram se diversificando e progressivamente aperfeiçoados, chegando até o estágio de profissão regulamentada, inicialmente nomeada de guarda livros. Com a difusão da profissão contábil, e o constante aperfeiçoamento, as escolas responsáveis pela formação de profissionais foram surgindo e promovendo um exponencial aumento da qualidade e confiabilidade do controle do patrimônio (REIS, SILVA; 2007).

A contabilidade é uma ciência destinada ao estudo do patrimônio, onde o objeto compreende todo o capital e demais segmentos que difundem no patrimônio do indivíduo ou da entidade em questão. Sendo uma vertente dos estudos sociais, estando em constante avanço e mutação, devido a sua relação direta com as novas tecnologias, denotando-se que quase toda atividade contábil/financeiro é realizada por intermédio de softwares de computadores (RIBEIRO; COELHO, 2014; CARVALHO, 2018).

Apesar de não possuir pleno direito de assinar papéis de teor legal o técnico em contabilidade, ainda representavam uma grande parcela da mão de obra contábil do Brasil antes de 1950, devido à pouca difusão de faculdades de contabilidade, e a recente regulamentação da profissão, esta que foi denotada pelo Decreto Lei Nº 9.295/46. Sendo estabelecido em 2004 o Decreto Lei Nº 5.154, que regularizava o Ensino Médio em conjunto com o Ensino Técnico, onde o aluno já saíria com um certificado de técnico em determinada área. Uma das áreas escolhidas para as escolas públicas era a contábil, sendo implementado no currículo de algumas escolas públicas o certificado de técnico em contabilidade. Após anos de implementação, deste ensino técnico, as saturações do mercado causaram sua extinção, bem como as mudanças no ensino médio, que retiraram a prioridade de cursos técnicos, voltando-se agora para o ensino superior (RIBEIRO; COELHO, 2014; CORREIA, 2011).

Após o enfoque na área contábil resultante do ensino, a demanda pelos cursos de contabilidade voltou a aumentar e levantar interesse profissional, segundo a Revista Veja, a profissão contábil no ano de 2016, era a 8ª mais procurada no Brasil, tendo grande importância e impacto no mercado de trabalho. Outro fator decisivo na constante procura pelo curso é a acessibilidade que ele oferece, por ser um curso baseado em ciências sociais, sua proliferação pelas faculdades nacionais é rápida e barata se comparada aos outros cursos, chegando ao egresso um preço acessível e viável as classes com menor poder monetário (PEREIRA, SILVA; 2018).

3.3 O CONSELHO FEDERAL E REGIONAIS DE CONTABILIDADE E O EXAME DE SUFICIÊNCIA

Retornando um pouco os anos de saturação do mercado, após a aplicação do ensino técnico, uma figura importante de controle começou a exercer sua função nativa, este que é o CFF e seus subjacentes Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC). Os dois foram criados através da Lei 9.295 de 27 de maio de 1946, tendo suas atribuições como um conselho de classe regulamentador, podendo representar a classe em âmbito nacional e regional, e fiscalizando e nutrindo toda a área contábil, envolvendo contadores e técnicos em contabilidade, podendo usar poder punitivo, além de controlar o registro profissional de todos os profissionais atuantes na área (COSTA; SILVA, 2019).

O CFC é o responsável pela fiscalização do CRC, e deve oferecer manutenção a classe. Os Conselhos Regionais têm maior enfoque em registro profissional e atender as demandas pertinentes a suas regiões, fiscalizando e regulamentando a profissão, podendo também ofertar cursos de aperfeiçoamento. A importância da atuação regional é quase inquestionável devido a variação cultural e econômica no país, além da variação tributária e legal ocorrente na legislação de cada estado (SILVA; BARBOSA, 2018).

Explanado sobre uma fração da literatura conceitual encontrada na Lei 9.295 de 27 de maio de 1946, é possível trazer outra função deliberada pelo CFC nos últimos anos, está que está ligada a regulamentação e controle do fluxo de entrada de profissionais no mercado de trabalho contábil. Como resultado da evolução da profissão intelectualmente, o exercer de funções ligadas a parte contábil, estão atribuídas a responsabilidade fiscal, econômica e financeira, que se negligenciadas podem constituir crime, mesmo sendo oriunda de falta de conhecimento. Desta forma o Registro Contábil é feito através de um documento portando um número de registro emitido pelos Conselhos Regionais, tendo o profissional portador de tal

número de registro responsável pelas informações por ele informada. Fez-se então, necessário medir e controlar o nível intelectual daqueles que adentram o mercado de trabalho (SILVA; BARBOSA, 2018; COSTA; SILVA, 2019).

Dando segmento a problemática o CFC idealizou e criou o Exame de Suficiência no ano de 1999. O Exame foi colocado em prática no ano de 2000, durando até meados de 2005, onde este foi suspenso, pois não era regido por lei, sendo apenas uma resolução do Conselho Federal de Contabilidade da época. Após novos estudos, e a pressão de algumas partes para restabelecer o exame, em 2010 através do Decreto Lei 12.249/10, foi colocado em vigor o Exame de Suficiência, baseando-se no já existente exame aplicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para regulamentação da profissão, ficando obrigatório o porte da identidade profissional do CRC, sendo ele realizado por bacharéis em contabilidade e alguns técnicos, em condições específicas (CORREIA; 2011).

O exame é composto por 50 questões atualmente, tendo uma variável de temas, todos ligados à área contábil, constituído em maior quantidade de perguntas voltadas a contabilidade geral, mas podendo ter conteúdos ligados a diversas outras segmentações. Para aprovação o examinando deve conseguir ao final o mínimo de 25 acertos, não tendo prejuízo errar todas as questões de um tema em específico. A prova é realizada duas vezes ao ano, sendo semestral, e contando com editais específicos para cada edição, a aplicação da prova ocorre por examinador previamente decidido, e em municípios específicos, sendo necessário uma atuação mínima na região para a instituição do exame na mesma. Todos os estados brasileiros contam com a realização da prova, esta que como mencionada é aplicada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que tem a responsabilidade de regular o exame e decidir a banca que o elaborará, e norteará sua fiscalização e correção (CFC, 2019).

O exame geralmente possui a duração de 4 horas, e como supracitado envolve várias questões direcionadas a área contábil podendo além, da contabilidade geral ter indagações de conhecimento de custos, gerencial, auditoria, internacional e entre outras. Além da área contábil a prova exige uma boa capacidade de interpretação, e um bom raciocínio lógico, tal exigência são justificáveis devido à complexidade da atuação contábil e sua importância. Ao final de cada exame o CFC, apresenta os dados obtidos, referente a aprovados por municípios, instituições e regiões, tendo dentro do segmento de instituições, o de modalidade de ensino, e o tipo de administração, pública ou privada (SILVA; BARBOSA, 2018).

Após a aprovação no Exame de Suficiência é permitido o registro no, pelo aprovado, podendo ele exercer sua atividade em quaisquer segmentos pertinentes. Porém ocorria que após aprovação havia um tempo máximo para se inscrever no Conselho, que institui 2 anos de

carência para o aprovado fazer sua inscrição no órgão de classe. Esta resolução foi revogada pela Resolução CFC nº 1.518 de 14 de dezembro de 2016, que torna o tempo indefinido de registro, podendo este se registrar a qualquer momento após aprovação no Exame (ARANTES; SILVA, 2020).

O Exame de Suficiência trouxe significativas mudanças na área contábil da época, possuindo impacto até a presente data, sendo aplicado apenas nas gerações posteriores ao ano de 2005. Ele não afetava contadores e técnicos que já possuíam registro anterior a sua instituição, contudo representava uma grande mudança aos que estavam finalizando o ensino superior em contabilidade. O exame se mostrou uma barreira bem complexa aos bacharéis que o realizavam, embasando suas questões em diversos segmentos contábeis, fazendo com que os índices de aprovação se constituíssem baixos desde de suas primeiras edições (OLIVEIRA; KUROTORI. 2009).

Nos anos seguintes a instituição do exame já era possível visualizar um cenário diferente no mercado de trabalho contábil, com a regulamentação por intermédio de aprovação. Os profissionais que podiam atuar legalmente na área diminuíram, e ocorreu uma valorização daqueles aprovados, desta forma as IES agora procurariam além da preparação do profissional para o mercado de trabalho, sua preparação para aprovação no Exame. Ao permitir o ingresso no mercado contábil apenas os profissionais com determinada capacidade intelectual o exame causou uma melhora no capital intelectual (SILVA *et al*, 2013).

Nos próximos anos ocorreu um aumento pela busca da área contábil no âmbito do educacional, contudo, os índices de aprovação prosseguiram baixos, o que podia ser interpretado como um possível reflexo de um ensino superior raso, podendo ter uma gama diversa de fatores influenciando em tais resultados. Com a continuidade de resultados desfavoráveis para os estudantes e bacharéis em contabilidade, as expectativas de êxito após a realização do exame diminuíram significativamente (ARANTES; SILVA, 2020; SILVA *et al*, 2020).

3.4 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O EXAME DE SUFICIÊNCIA

Discorrido sobre o Exame de Suficiência e o histórico educacional no país, é possível determinar a relação de ambas as partes, envoltas em uma mesma situação. Com a exaltação da importância do Exame de Suficiência, as IES tiveram que se adequar para preparar o acadêmico, desta forma ocorreu uma ruptura no quesito de qualidade de ensino na visão de discentes. Vislumbrando tal situações da premissa, que uma faculdade que tem um maior número de aprovados no exame, pode representar uma qualidade de ensino maior, ou pelo menos um

enfoque maior no exame. Através de tal indagação, as instituições passaram a ser um componente marcante para o sucesso do profissional e sua aprovação no exame (RIBEIRO *et al*, 2019).

As IES oriundas da administração pública, possuem uma certa constituição importante neste cenário, devido à escassez destas, a concorrência para seu ingresso é superior a qualquer faculdade particular. Tendo seu acesso limitado apenas aqueles com desempenho acadêmico superior, as instituições de ensino público, ganham destaque nos índices de aprovação do exame, sendo visivelmente maior que as instituições privadas. Tal situação pode ser oriunda de diversas variáveis, contudo em uma análise breve, as que chamam mais atenção é a já citada concorrência para seu ingresso, e também a quantidade de titularidade curriculares superiores, presente nas instituições públicas (CORDEIRO; RAUSCH, 2011).

O curso de ciências contábeis, é um curso voltado para as ciências sociais, por isto demanda menos gastos com aulas práticas, e tem uma metodologia de ensino mais voltada para a parte teórica. Desta forma o curso se torna menos custoso para as instituições, e permite que os valores de mensalidade sejam mais acessíveis, desta forma a oferta e a demanda pelo curso são grandes, tornando o aumento de ingressos na área contábil cada vez maior. O aumento exponencial de faculdades que ofertam o curso, em conjunto com a concorrência entre elas, vem a causar uma possível perda de qualidade no ensino, o que pode ser denotado, como uma possível variável influenciadora nos baixos índices de aprovação do exame (RIBEIRO *et al*, 2019).

Levando em conta que o objetivo educacional das IES, é desenvolver profissionais capazes de exercer a profissão contábil, os dados que mensuram a qualidade destas, são de extrema importância para a realização de uma correlação entre ambas. Pois se visualizado uma proporcionalidade, ou relação entre tais índices, é possível identificar problemas educacionais, variando por tipo de administração ou/e modalidade (BULGARIM *et al*, 2014).

3.5 INDICES EDUCACIONAIS USADOS PELO MEC

3.5.1 Mensuração Educacional

A expansão educacional desregrada não é uma opção a ser considerada, para países que querem controlar o padrão de qualidade educacional, dos diversos tipos de instituições de ensino. O Brasil não é exceção neste quesito, da mesma forma ele busca por intermédio de

órgãos competentes, oriundos da máquina pública para controlar todos os aspectos que ele julga necessário, no caso o com maior influência. Neste sentido, um fator decisório é o MEC. Sendo um órgão com função regulatória, exploratória e fiscalizatória também, ele possui grande importância para manter a qualidade do ensino, e evitar que instituições de ensino, forneçam cursos deficientes em conteúdo, ou sem estrutura para o desenvolvimento profissional (MENDONÇA *et al*, 2020).

O MEC foi estabelecido pelo decreto de nº 19.402 em 14 de novembro de 1930, pelo presidente Getúlio Vargas, inicialmente o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MNESP), tendo seu nome mudado outra duas vezes, e chegando finalmente a MEC no ano de 1985. A mudança de nomenclatura ocorreu devido a necessidade de individualização de ministérios públicos, um mesmo órgão não era mais capaz coordenar tantas funções, sem prejudicar a integridade de seu serviço. É de importância lembrar tais mudanças para promover o entendimento das mudanças ocorridos na estrutura e fundação do ministério, até os dias atuais. Apesar de sua origem em 1930, o ministério demorou para desenvolver uma estrutura regimental sólida, só estabelecendo legalmente estas em 22 de julho de 2003 através do decreto nº 4.791 (SPRENGER *et al*, 2018).

Antes de conceituar cada indicador é importante fazer uma pequena denotação sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), este que é a sistemática que resultou em um aprofundamento nas análises educacionais. Instituído em 14 de abril de 2004, pela Lei nº 10.861, tem o objetivo de avaliar os estudantes, os cursos e as instituições de ensino superior, tendo como premissa analisar todas as variáveis possíveis envolvidas no processo de ensino, ligadas a esses três eixos educacionais. Através deste foi possível fazer um censo educacional, e atribuir níveis educacionais, estes que vão de 0,0 a 5,0, sendo o primeiro o índice de pior avaliação possíveis e o outro de melhor avaliação (OLIVEIRA *et al*, 2019).

Explanado brevemente sobre o ministério em questão e o Sinaes, pode-se dar continuidade agora a suas funções exploratórias, e principalmente as suas capacidades de mensuração de indicadores educacionais em IES. Através de análises variadas, é possível estabelecer parâmetros de qualidade, estes que variam de acordo com o objeto da análise, usando deste método, este ministério consegue oferecer 04 diferentes índices de mensuração educacional, sendo eles: ENADE, CC, CPC e IDD. Cada um deles possui uma determinada aplicação, se aplicando independente um do outro, contudo podendo uma instituição possuir todos eles, ou mesmo apenas um (SCAGLIONE, 2012).

3.5.1.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Com o intuito de medir o desempenho estudantil, nos mais variados cursos disponíveis em todo o país, o MEC através do já citado Sinaes, elaborou e instituiu o ENADE que se constitui como uma prova aplicada ao corpo discente da instituição, com o intuito de medir o nível do discente em determinado estágio do curso. O responsável por aplicação e regulamentação do exame, bem como seus editais e normas é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que trata-se de uma autarquia¹ do MEC, que promove a aplicação do exame de forma uniforme, quando a instituição preenche os requisitos para realização do exame (OLIVEIRA *et al*, 2019).

O ENADE serve como parâmetro para um comparativo educacional, e avaliação da instituição e de todo seu corpo discente, usando do conteúdo estabelecido pelo MEC de cada curso, as provas ocorrem em determinadas datas pré-definidas, e são aplicadas em alguns períodos, e não em todos. A nota advinda do exame será o reflexo da qualidade do ensino da instituição, podendo refletir até mesmo no mercado de trabalho, após o término do curso pelo discente (SPRENGER *et al*, 2018)

O ENADE é um dos instrumentos de mensuração educacional mais importantes para as Instituições de Ensino Superior, contudo isto não faz do mesmo uma ferramenta exata, visto que ele é realizado pelos discentes, um possível *boicote*² por motivos internos ou pessoais, pode vir a desestruturar o resultado do exame. Mesmo portando certa porcentagem de risco e inviabilidade, ele ainda compreende o índice com maior renome para as instituições, visto que possuir uma nota alta dentro deste, demonstra uma qualidade considerável (OLIVEIRA *et al*, 2019; SOUZA; SARDEIRO, 2019).

3.5.1.2 Conceito do Curso (CC)

O CC, é geralmente realizado após o início do curso na instituição, e tem como intuito analisar as estruturas disponíveis para o curso, os profissionais que estarão atuando como docente, a estrutura física e organizacional entre outros fatores. Para apuração deste índice é realizado a visita de fiscais e responsáveis, que estão capacitados para estabelecer julgo sobre

¹ Autarquia: estabelecida por lei a autarquia é uma forma de administração pública indireta.

² *Boicote*: veto a quaisquer relações com indivíduo ou grupo a quem se queira punir ou constranger a algo.

a qualidade do curso, podendo retirar a autorização de novos vestibulares, caso o resultado seja inferior ao estabelecido pelo MEC (INEP, 2011).

A atribuição do índice está ligada justamente ao que o avaliador responsável consegue observar e compreender da instituição, esta análise é realizada *in loco*³ tendo observado aspectos físicos e confirmado a capacidade de manutenção do curso, é estabelecido uma nota de 0 a 5. Quanto maior a nota, melhor estrutura a instituição possui, contudo, nem sempre uma CC alto significa um bom índice de aprendizado, podendo muitas vezes a instituição ter uma estrutura sólida, mas uma faixa de aprendizado baixa. É relevante citar também que a avaliação do CC, pode ser solicitada pela instituição, para que a mesma faça regulamentação de seu ensino (SCAGLIONE, 2012).

3.5.1.3 Conceito Preliminar do Curso (CPC)

Este índice também é estabelecido pelo INEP, e tem objetivo semelhante CC, contudo possui um diferencial, ele busca apresentar uma visão preliminar, ante a uma a decisão de encerramento do curso. Geralmente o CPC, traz uma visão de advertência, visto que se os resultados dele for inferior a 3, em uma escala de 0 a 5, a instituição é obrigada uma série de medidas. Tais medidas impõem a faculdade uma melhoria educacional a ser cumprida, que deve ser seguida para não haver prejuízos para o corpo discente (MARÇAL *et al*, 2019)

A nota do CPC, o desempenho dos estudantes conta 55% do total, enquanto a infraestrutura representa 15% e o corpo docente, 30%. Na nota dos docentes, a quantidade de mestres pesa em 15% do total; a dedicação integral, 7,5% e o número de doutores, também 7,5% (INEP, 2011).

Percebe-se que o CPC é um índice que deriva de vários segmentos, e aborda uma visão geral do curso perante a instituição, e estabelece assim um espelho inicial da situação do ensino. O vislumbre desta nota permite a instituição melhorar suas ferramentas de ensino proporcional ao necessário, nos seus determinados setores, e traz uma visão geral dos segmentos que estão faltando aperfeiçoamento. Caso ocorra de ser implementado um planejamento de melhoria educacional devido a resultados insatisfatórios do curso, e o mesmo não seja seguido, ou negligenciado, a instituição respondera administrativamente, podendo ocorrer o fechamento do curso se necessário (SOUZA; SARDEIRO, 2019; MARÇAL *et al*, 2019).

³ *In loco*: no local; realizado presencialmente.

3.5.1.4 Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)

Este índice possui determinada diferença em relação aos outros, possui uma segmentação diferente, e muito singular, como sua nomenclatura indica ele busca desenvolver uma linha evolutiva para identificar a resultante, e qual era sua expectativa. O IDD, se baseia em duas notas para validar sua utilização, necessitando que os indivíduos que compõem o corpo discente da instituição tenham realizado tanto o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como também o ENADE. A instituição deve ter no mínimo dois discentes concluindo o curso que tenham realizado esses exames, para que possa ser atribuído tal nota (INEP, 2011).

Outro fator necessário para apuração deste índice é que no mínimo, 20% (vinte por cento) dos alunos que realizaram o ENADE, tenham concluído o curso. Isso vai da premissa que deve ter um mínimo de estudante para realizar uma mensuração mais fidedigna. O IDD reconhece a realização do ENEM como o *proxy*⁴ das capacidades do discente que está ingressando no ensino superior, e o ENADE como um índice de medir seu desempenho dentro do curso, tendo como resultante final o número de concluintes do curso, para realizar um comparativo (PINGUELLO, 2018).

3.6 MODALIDADES DE ENSINO

3.6.1 Modalidade de Ensino Presencial

A forma de ensino mais milenar conhecida até o momento, é o aprendizado mediante as análises feitas pelo indivíduo perante outro. O humano tende a aprender vendo um semelhante realizar a atividade, e junto aos primeiros resquícios de comunicação verbal surgiu o aprendizado por intermédio vocal, ou seja, a transmissão do conhecimento através da fala. Desta forma conceitua-se os primeiros estudos humanos, o que depois daria origem a escrita, e a toda sociedade contemporânea. Toda esta transmissão de conhecimento realizou-se em sua maioria, por intermédio de presença de duas ou mais partes, formando assim um ensino coletivo (MEZZARI, 2011).

Deste pequeno conceito, o mundo contemporâneo se formou, e desenvolveu diversas formas de ensino, e as escolas foram as predominantes, tendo como base um professor, mestre ou instrutor, que passava o conteúdo para aqueles que o ouviam. Com esse método surgiu as

⁴ Proxy: representante; procuração.

instituições presenciais, que só receberam tal classificação com o surgimento de uma modalidade de estudo diferente, no caso o Ensino a Distância (EaD). Antes do surgimento desta modalidade, não existe uma ruptura com tais parâmetros, pois até então a única forma conhecida era aquela (FIALHO; BARROS; RANGEL, 2019).

A modalidade de Ensino Presencial, ao contrário da EaD, tem fundamentos em um estudo local, ou seja, a presença do profissional dentro da sala de aula é indispensável. As instituições de ensino que são presenciais possuem maiores custos, com quadro docente e outros segmentos, e com isso ofertam preços geralmente superiores as EaD, neste parâmetro a questão estrutural é bem diversificada, visto que as metodologias de ensino são opostas (PINGUELLO, 2018).

3.6.2 Modalidade de Ensino a Distância (EaD)

O avanço tecnológico aliado a necessidade de tornar menos custoso o ensino superior, resultou na difusão do método de ensino não presencial, este que apesar de estar ligado diretamente a tecnologia, já possuía registro de existência no ano de 1728, através de matérias físicos. Contudo a difusão do método só se tornou considerável com a expansão tecnológica, que permite que profissionais educacionais forneçam conteúdo, a estudantes em qualquer lugar do mundo (CORDEIRO; RAUSCH, 2011).

A modalidade de EaD é um modelo de instituição de ensino que vem se popularizando no Brasil. Esta se baseia em aplicação de conteúdo através de tecnologias de informação, sem a presença de um professor na sala de aula. A modalidade de Ensino a Distância se torna uma opção viável devido aos seus custos reduzidos, e se ajusta melhor a cursos com extensa grade teórica, e com bases sociais, tais como as da contabilidade. Sendo pouco custoso a transmissão de informação por tecnologias de informação, torna a concorrência monetária cada vez mais presente nas mensalidades (CORDEIRO, RAUSCH; 2011; FIALHO; BARROS; RANGEL, 2019).

Os parâmetros para se estabelecer uma EaD são iguais às de uma instituição presencial, contudo contêm suas particularidades. Em relação ao ensino a diversas discussões sobre sua eficácia, tanto em meio popular, quanto no científico, a grandes dúvidas do impacto que a falta de uma pessoa na sala de aula pode trazer para o desenvolvimento do acadêmico (PINGUELLO, 2018).

3.6.3 EaD x Presencial

As IES possuem diferentes metodologias de ensino, das mais conservadoras, até as mais liberais, mas a mais notável está entre as vertentes de modalidade. A modalidade é um tema de constante discussão no meio educacional, sendo dividida principalmente em dois ramos, a IES de modalidade presencial, e as de modalidade a distância. Ambas possuem particularidade únicas, e geralmente metodologias de ensino bem divergentes (FIALHO; BARROS; RANGEL, 2019; PINGUELLO, 2018).

Com estas duas vertentes opostas e substancialmente ligadas é comum ocorrer o conflito, e primordialmente a comparação, esta que possui como pauta a qualidade e que gera discordância em ambas as partes. Na concepção geral, e de alguns autores, o Ensino a Distância pode ser considerado incompleto, e não é capaz suprir o acadêmico com o conteúdo que deveria, promovendo a criação de profissionais incompletos e sem competência para aprovação no exame de suficiência. Tais considerações deverão a ser reforçadas ou desconsideradas através da elaboração do referido banco de dados (HERINGER *et al*, 2019).

Ocorre uma serie de segmentações possíveis para julgo de qual possui maior eficácia, ou qual é mais visada para o público, contudo a apropriação de uma opinião única e concisa é difícil de acontecer. Por tratar-se de instituições de ensino que são frequentadas por uma gama considerável de indivíduos, tomar como base uma regra geral se torna muito complexo, e mesmo se o feito, questionamentos sobre a legitimidade de tal afirmação seriam levantadas rapidamente. Quando se parte do pressuposto de que cada indivíduo possui capacidade únicas e divergentes, definir uma instituição de ensino por eficácia da sua modalidade é um parâmetro de difícil alcance, contudo é possível buscar dados para estabelecer algumas considerações e observações sólidas sobre o cenário atual (MEZZARI, 2011).

3.7 TIPO DE ADMINISTRAÇÃO DA IES

3.7.1 IES de administração pública

As IES oriundas da administração pública, são aquelas que são controladas e mantidas por fundos governamentais, sendo o governo responsável por sua gestão. Estas instituições podem se encontrar dentro de três segmentos, as instituições Federais, que são controladas diretamente pela União, as estaduais, controladas pelo seu respectivo Estado, e as municipais,

controladas pelo seu Município. Cada tipo de instituição tem um certo patamar, sendo as instituições mantidas pela União as com maior fonte de recurso financeiro, seguindo depois as estaduais, e por último as municipais, estas que são raras (MENDONÇA *et al*, 2020).

Entre os três possíveis tipos de instituição, a mais comum é a oriunda do poder da União, as instituições de ensino federal, estas que geralmente são universidades, com estruturas bem desenvolvidas, e com um corpo docente com altas titularidades. Em cada estado brasileiro é possível encontrar pelo menos uma instituição de ensino federal mantida pela União, contudo a demanda pelo ensino superior é muito maior do que estas universidades e faculdades públicas conseguem suprir, causando uma concorrência extrema nos vestibulares de admissão, e nos programas de auxílio estudantil governamental. De certa forma, tal concorrência nutre uma qualidade intelectual dentro destas instituições, deixando apenas aqueles com o maior desempenho ingressar-las (CORDEIRO; RAUSCH, 2011).

Auxiliadas por diversos incentivos educacionais, e por projetos científicos contínuos disponíveis em todo o campus, estas instituições geralmente forma profissionais com ótimas capacitações para o mercado de trabalho. Outro fator importante é a gratuidade no ensino público, isto que isenta o acadêmico da preocupação com pagamentos mensais referentes a educação, permitindo maior flexibilidade na hora de manter seu padrão de vida, sem retirar da sua renda, podendo ele investir mais tempo nos estudos, caso este tiver oportunidade. As instituições públicas são caracterizadas de forma positiva em quase toda concepção popular, tendo suas exceções, contudo ainda assim é deficiente de forma extrema em atender toda a demanda, causando brecha para instituições privadas, estas que geralmente visam lucro (MESQUITA; VASCONCELOS, 2020).

3.7.2 IES de administração privada

As instituições de ensino privadas se originaram da falha do Estado em cumprir suas obrigações como máquina social, no caso a de prover educação para toda a população. Estas geralmente estão visando o lucro em sua constituição, elas formam um vínculo de prestação de serviços educacionais com os estudantes, sendo na maioria das vezes por mensalidade, ou outra forma de pagamento regular. Estas instituições buscam atender o público, ou seja, elas investem em sua estrutura física, organizacional ou docente, em troca de uma contrapartida dos seus usuários (HERINGER *et al*, 2019).

A existência deste tipo de instituições é de extrema importância para o país, visto que a maior parcela dos estudantes do ensino superior atualmente, participam de faculdade privadas.

Ocorreu um aumento considerável de instituições de ensino privada nos últimos anos, fazendo com que aumentasse também a concorrência, fator que se bem colocado, é benéfico para o mercado educacional, principalmente para os estudantes. O surgimento das instituições EaD, também trouxe um aumento exponencial na concorrência, devido aos seus baixos custos de manutenção e sua oferta por vagas em valores acessíveis (MESQUITA; VASCONCELOS, 2020).

4 METODOLOGIA

O presente trabalho, visa apurar os dados primários dispostos pelas fontes cabíveis e confiáveis, do Exame de Suficiência do CFC. Para diagnosticar o teor da pesquisa usou-se os preceitos de Andy (2009) e Lock *et al* (2017), que explanam sobre a pesquisa de natureza básica, e evidenciaram suas funcionalidades. Tendo assim a pesquisa embasamento em dados mensuráveis e competentes, usando dos pré-requisitos de pesquisa de natureza básica, isto pois o tema auferido trata-se de uma continuidade, e atualização de estudos passados. É possível classificar esta pesquisa como natureza básica, através das obras abordadas neste trabalho, que já iniciaram estudos semelhantes, fornecendo embasamento teórico.

A forma de pesquisa adotada foi o método quantitativo, tendo seu foco, voltado para dados numéricos, e com menos flexibilização nos resultados finais. As características desta, englobam uma pesquisa com base em um grupo de abrangência da Região Norte do Brasil, com o intuito de gerar, resultados que permitam uma análise ao final da comparação de dados (MARCONI; LAKATO, 2017)

Iniciando a coleta de dados, estabeleceu parâmetros para nortearem o tratamento de dados. Os primeiros dados a serem coletados eram aqueles expostos pelo CFC via internet, estes que compreendiam o resultado dos últimos 03 anos de exame de suficiência, o que equivale a 06 edições do exame. Nos dados advindos do CFC, era possível identificar os resultados por região, estado, município e instituição, após entendido a estrutura de dados a região norte foi separada para organização de dados, e reservada para correlacionar com os dados seguintes. Os dados coletados do CFC possuíam várias segmentações, estas que são: *aprovados*, *aprovados (%)*, *reprovados*, *reprovados (%)*, *presente*, *presentes (%)*, *Ausentes*, *Ausentes (%)*. Contudo, para objetivar o teor deste trabalho, optou-se por infundir os dados necessários em apenas uma categoria, esta que é a *média do índice de aprovação anual (%)*, representado pela somatória dos dois índices de aprovação(%) de cada exame no ano, e dividindo pelo número dois, resultando na média de aprovação anual.

Após coletar os primeiros dados, prosseguiu a coleta dos dados advindos do *e-MEC*⁵, estes que compreendiam os resultados dos Índices de CC, CPC, ENADE e IDD. Optou-se por baixar os dados dividido por Instituição, catalogando todas as instituições de ensino que possuíam em sua grande curricular o curso de ciências contábeis. Ao analisar ambos os dados coletados, notou-se que havia uma grande ocorrência, de variação na participação de algumas

⁵ *e-MEC*: Plataforma digital, que mantém todos dados referentes a índices de mensuração educacional das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

instituições no exame, ou seja, nem todas elas tiveram egressos participando nos anos de 2017, 2018 e 2019, assim optou-se por manter apenas aquelas que possuíam resultados nestes anos. Desta forma foram obtidos os seguintes dados, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Apuração de IES

Estado	Quantidade de IES (Valor Bruto)	Quantidade de IES - Amostra
Acre	35	9
Amazonas	77	13
Amapá	34	6
Pará	100	22
Rondônia	70	18
Roraima	27	6
Tocantins	58	12
Total	401	86

Observação: IES: Instituição de Ensino Superior.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Após realizado a esquematização da Tabela 1, os dados foram convertidos em um banco de dados únicos, para realização do *teste de normalidade*⁶, tendo como resultado a não normalidade, este que impossibilita um teste paramétrico. Desta forma optou-se pelo uso de um teste não paramétrico, o teste de Regressão e Logística Multinomial, que classificou em 4 níveis diferentes a variável principal, o índice de aprovação do exame de suficiência, sendo de 0% a 25 % de aprovação classificado como baixo, 25,01% a 50% regular, de 50,01% a 75% moderada e 75,01% a 100% alto. O teste de Regressão e Logística Multinomial é denotada por ter a variável dependente com mais de duas categorias, tendo amostras independentes, sendo necessário a ordenação de determinados dados, sendo usado no presente trabalho os níveis: baixo, regular, moderada e alto (ANDY, 2009; LOCK *et al*, 2017).

No intuito de descobrir se ocorria a relação entre os índices de aprovação e os índices catalogados do e-MEC, realizou-se a confecção de hipóteses (H), esta que foram expostas ao valor mínimo de 95% de relevância. Desta forma as hipóteses obtidas foram:

H ≤ 0,05 – Aceita a hipótese, ou seja, a relação entre o Conceito do Curso (CC) e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

⁶ *Teste de Normalidade*: trata-se de um método estatístico para analisar se os dados de uma variável possuem uma determinada modelagem, ou distribuição normal.

$H > 0,05$ – Rejeita a hipótese, ou seja, não a relação entre o Conceito do Curso (CC) e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H \leq 0,05$ – Aceita a hipótese, ou seja, a relação entre o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H > 0,05$ – Rejeita a hipótese, ou seja, não a relação entre o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H \leq 0,05$ – Aceita a hipótese, ou seja, a relação entre o ENADE e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H > 0,05$ – Rejeita a hipótese, ou seja, não a relação entre o ENADE e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H \leq 0,05$ – Aceita a hipótese, ou seja, a relação entre o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD) e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H > 0,05$ – Rejeita a hipótese, ou seja, não a relação entre o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD) e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H \leq 0,05$ – Aceita a hipótese, ou seja, a relação entre a Modalidade da IES e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

$H > 0,05$ – Rejeita a hipótese, ou seja, não a relação entre Modalidade da IES e o índice médio de aprovação do Exame de Suficiência;

Para organização e a realização dos testes necessários ocorreu a substituição dos termos, modalidade de estudo a distância e modalidade de estudo presencial, sendo adotado uma variável *dummy*, Definindo a qualidade dos dados e suas relações, realizou-se também o teste de Colinearidade, este que é usado para visualizar se as variáveis estão correlacionadas, e se uma influência a outra, podendo ser conceituado como a correlação do vínculo entre duas variáveis, assim notou-se que algumas variáveis possuíam influencia, e outras não. Outro fator que reafirma as informações foi o resultado do *Variance Inflation Factor* (VIF), que através do seu resultado, permitiram considerar os dados da amostra validos,

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Após a coleta de dados foi possível obter os dados de forma mais simplificada e facilitou seu entendimento. De acordo com a Tabela 1, observa-se os valores correspondentes ao menor percentual apresentado na amostra, demonstrando que houve instituições que não tiveram aprovados no exame de suficiência do CFC. Ao verificar o maior valor apontado, nota-se valores elevados em aprovação, tendo se sobressaído no ano de 2018, identificado percentual de aproximadamente 81% de aprovação na referida avaliação. Após percorrido sobre o mínimo e máximo, é possível fazer seu entendimento dos valores de média, a média obtida nestes resultados, indicam que os resultados adquiridos estão distantes dos valores máximo, e as médias de aprovação são consideravelmente baixas. O desvio padrão resultante desta análise apresenta um índice de dispersão razoável, ou seja, os dados apresentam variáveis, e não homogêneos.

Tabela 2 – Estatística Descritiva por Ano

Ano	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2017	86	0,0000	75,0000	16,620717	13,4423457
2018	86	0,0000	80,5300	23,783984	16,0841560
2019	86	0,0000	66,6700	21,284430	13,7513058

Onde: N= Número de dados da variável.

Fonte: Elaborada pelo autor

Após analisados os da Tabela 3, salienta-se o número de observações referentes a cada indicativo do MEC, assim pode-se entender que nem toda IES possui todos os índices para a comparação, isto pois o próprio MEC não obriga as instituições a realizarem todos eles. Outra observação é a questão de nota máxima do índice, que pode alcançar até 5,0 pontos, e o mínimo até 1,0 ponto.

Tabela 3 – Estatísticas Descritiva por Índice

Índices	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
CC	59	3,000	5,000	3,729	0,691
CPC	80	1,000	5,000	2,963	0,625
IDD	69	1,000	4,000	2,870	0,540
ENADE	73	1,000	4,000	2,205	0,686

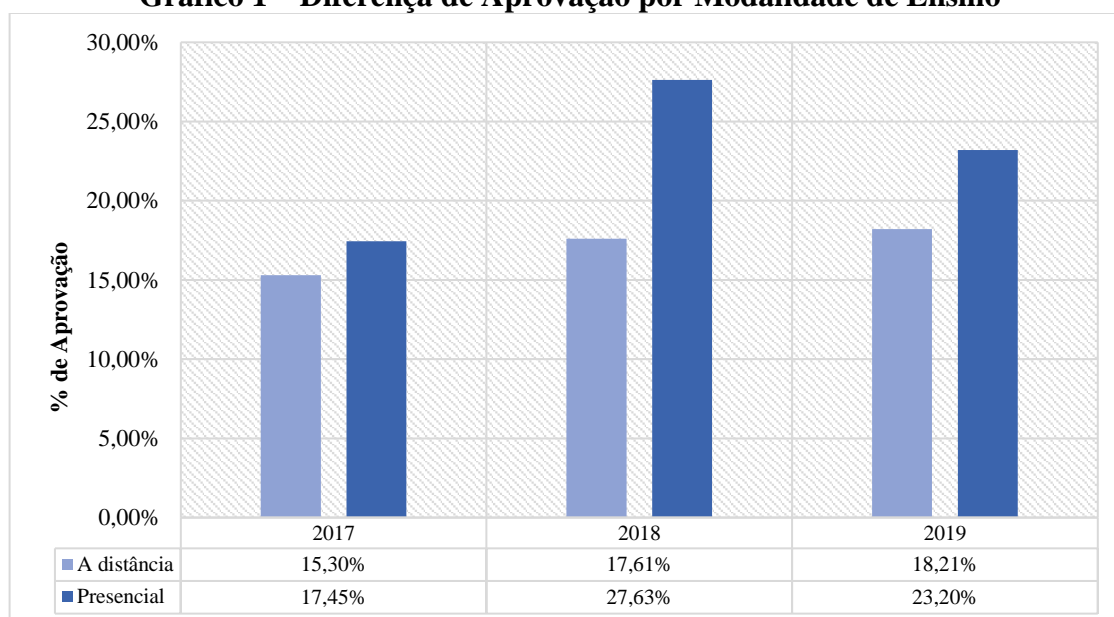
Onde: N: número de dados da variável; CC: Conceito do Curso; CPC: Conceito Preliminar do Curso; IDD: Índice de Desenvolvimento entre os Desempenhos Observados e Esperados; ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A primeira consideração pertinente está em relação a resultante de observações, que traça um esboço da quantidade de índices por instituição, podendo concluir que o índice mais auferido nas instituições que preencheram os requisitos para análise é o CPC, e o menos realizado é o CC. Em relação os valores de mínimo, o CC tem um desempenho notável, pois o seu valor mínimo está próximo a média. Os resultados de desvio padrão demonstram que ocorre uma perda na homogeneidade dos dados, contudo não é tão grande.

Ao verificar a variável modalidade, realizou-se um comparativo de colocação entre as modalidades de ensino presenciais e a distância, de toda as instituições da amostra. Conforme Gráfico 1. Percebe-se então uma tendência gráfica nos três anos apurados, onde as instituições presenciais tiveram índice de aprovação médio anula superior as instituições a distância nos últimos três anos, dando ênfase no ano de 2018, onde estas possuíram maior distância uma da outra.

Gráfico 1 – Diferença de Aprovação por Modalidade de Ensino



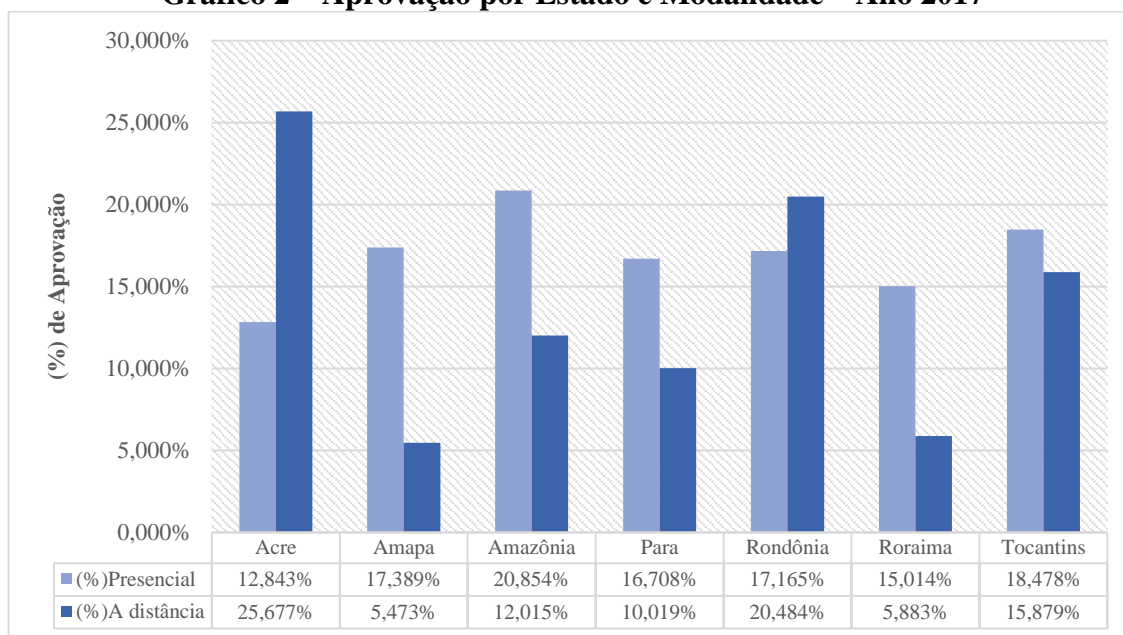
Fonte: Elaborado pelo autor

Quando comparado os resultados desta pesquisa com a literatura existente, Cordeiro e Raush (2011), Galvão (2016) e Marçal *et al* (2019), destacam a superioridade numérica das instituições de ensino presencial, podendo considerar uma possível deficiência das instituições de ensino à distância, em preparar seus discente, para realização do exame de suficiência.

Analisando os resultados do ano de 2017, por estado conforme Gráfico 2, percebe-se pequenas diferenças, quando comparadas ao cenário da região norte em geral, onde dois estados apresentam resultados diferentes dos outros, tendo as instituições de ensino a distância como melhor índice de aprovação. O estado do Acre é o mais notável, por possuir uma anormalidade,

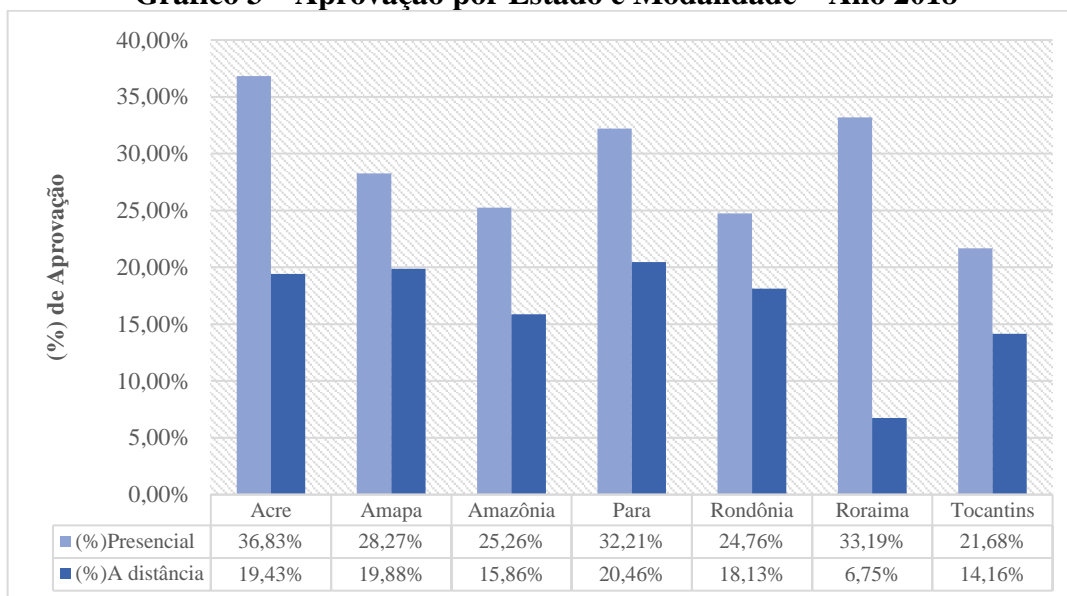
se comparada aos outros, onde os desempenhos das instituições de ensino a distância foram o dobro das presenciais, ocorrendo algo semelhante no estado de Rondônia, contudo com menos intensidade, tendo uma diferença apenas de 3,319%. Os outros estados, não apresentam alterações significantes, do que ao se comparar com a amostra pesquisada. Destaca-se o estado do Amapá, apresentando maior diferença entre as duas modalidades, onde as instituições presenciais tiveram aproximadamente 3 vezes mais desempenho, que as EaD.

Gráfico 2 – Aprovação por Estado e Modalidade – Ano 2017



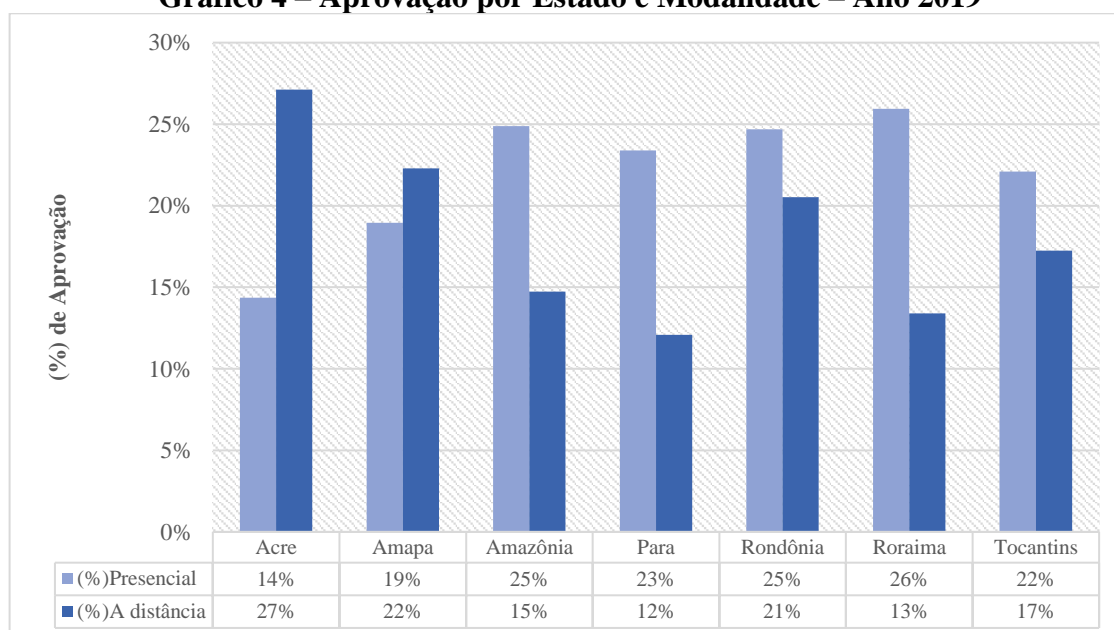
Fonte: Elaborado pelo autor.

Partindo para o ano de 2018, conforme Gráfico 3, é visível diferenças notáveis nos índices obtidos. Os estados do Acre e de Rondônia, que antes possuíam índices desfavoráveis para as instituições de ensino presenciais, agora apresentam o oposto, onde elas possuem maior aprovação. Em especial o Acre, que obteve quase o dobro de aprovação das instituições presenciais, do que aquelas a distância. Destaque para o estado de Roraima, que obteve o índice de 33,13% de presenciais, e apenas 6,75% das a distância.

Gráfico 3 – Aprovação por Estado e Modalidade – Ano 2018

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em geral, o ano de 2018, as instituições presenciais foram mais bem colocadas, do que as instituições a distância em toda a região norte. Comparando os índices máximos e mínimos, entre um ano e o outro, percebe-se um aumento e diminuição nas extremidades. Os índices baixos ocorreram em ambas as partes, com mais frequência no Gráfico 2, sendo os mais denotáveis o Amapá, com 5,47% e Roraima com 5,88%, e no Gráfico 3, somente o Amapá, com o índice de 6,75%, tendo uma pequena melhora. Já nos valores de máxima, percebe-se a alteração, onde no Gráfico 2, o maior índice era de 25,67% do estado do Acre, e no Gráfico 3 o índice máximo permanece no Acre, contudo nas instituições presenciais, com 36,83%.

Gráfico 4 – Aprovação por Estado e Modalidade – Ano 2019

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 4, são os índices de 2019, estes que apresentam características semelhantes ao Gráfico 2, tal como a prevalência em dois estados, dos índices de aprovação de instituições de ensino a distância. Sendo eles o estado do Acre, que teve margens semelhantes a 2017, e o Amapá, ambos tendo índices altos de aprovação em relação às instituições a distância. O restante dos estados apresenta resultados semelhantes aos anos anteriores.

5.2 – TESTES ESTATÍSTICOS

Finalizado o estudo dos dados disponíveis, realizou-se o teste estatístico selecionado na metodologia, obtendo inicialmente na Tabela 4, os resultados de colinearidade. As variáveis estudadas forneceram dados para quatro resultantes: desvio padrão, significância, tolerância e o VIF ⁷, estes dados demonstram o quão próximo ou longe, o teste se encontra de erros, em especial os resultados de VIF, que quanto menores, melhor para a classificação do teste, o que ocorre na tabela abaixo. A tolerância é importante para entender a confiança da relação dos dados presentes nas variáveis. Os fatores mais denotáveis estão nas resultantes de Tolerância e VIF, que obtiveram ótimos valores, possuindo uma margem de erro pequena, junto a uma boa confiança na correlação de dados.

Tabela 4 – Teste de Colinearidade

Variável	Desvio Padrão	Significância	Tolerância	VIF
MOD	0,142	0,922	0,913	1,096
ENADE	0,109	0,052	0,570	1,755
CC	0,083	0,006	0,929	1,076
CPC	0,123	0,718	0,382	2,618
IDD	0,117	0,464	0,623	1,606

Onde: VIF: Variance Inflation Factor; MOD: Modalidade; CC: Conceito do Curso; CPC: Conceito Preliminar do Curso; IDD: Índice de Desenvolvimento entre os Desempenhos Observados e Esperados; ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 5, apresenta os resultados da correlação geral, onde foram diagnosticadas três resultantes de maior importância: Coeficiente, Significância e Qui-quadrado. O Coeficiente de Variação definido na tabela, não apresentam tamanha distinção se comparado a média do mesmo, ou seja, os dados têm valores próximos a média. A Significância, trata-se do quão bem a variável principal se relaciona com a variável em questão, sendo que os dados mais próximos de zero (0), tem maior relação, e os mais distantes menores relações. Em fins matemáticos, o padrão a se considerar é uma significância de 5% de erro, ou seja, as variáveis só podem ser

⁷ Variance Inflation Factor (VIF): Fator de inflação de variação.

consideradas relacionadas quando possuem uma significância igual ou menor que cinco centésimos (0,05).

No caso desta situação, percebe-se que apenas duas variáveis possuem relação com a variável principal, estas que são CC e ENADE, ou seja, quanto melhor a IES se sair em uma destas notas, melhor será sua colocação no exame de suficiência também. Para realizar a compreensão dos dados catalogados de forma geral e concentrada, realizou-se a apuração deste mesmo esquema estatístico em nível estadual, tendo um resultado divergente a este. Onde nenhum estado apresentou correlação em suas variáveis, além da falta de informação para obtenção de algumas resultantes. Se considerarmos um limite de 10%, seria possível considerar que o CPC possui influencia no índice aprovação do exame de suficiência, junto com o ENADE e o CC, contudo usando o pressuposto de maior segurança probabilística, tal relação é dispensável.

Tabela 5 – Teste de Correlação Geral

Variável	Coefficiente (%)	Significância	Qui-Quadrado
Intercept	13,962	*	0,000
MOD	13,980	0,893	0,017
ENADE	23,871	0,019	9,908
CC	30,728	0,000	16,766
CPC	23,320	0,052	9,358
IDD	14,561	0,896	0,598

Onde: MOD: Modalidade; CC: Conceito do Curso; CPC: Conceito Preliminar do Curso; IDD: Índice de Desenvolvimento entre os Desempenhos Observados e Esperados; ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível denotar a interação das variáveis CC e ENADE, através dos resultados de significância. Seguindo os ideais de Oliveira *et al* (2019), entende-se um pouco da relação entre o exame de suficiência e o ENADE, onde ambos possuem ligações, e demonstram neste trabalho, que estão correlacionados diretamente, tendo as instituições que obtiveram melhores colocações nos resultados do ENADE, melhores colocações também no exame de suficiência. Mantendo a mesma discursividade, o CC, segue os mesmos parâmetros no teste, mantendo sua relação com maior impacto, até mesmo que o ENADE. Em relação as outras variáveis, a ocorrência de ligação não ocorreu, desta forma suas hipóteses foram de rejeitadas.

Discorrido por Souza e Sardeiro (2019), a ideia que o CPC, possui determinados vínculos com os resultados do exame de suficiência, com enfoque nos seus instrumentos de mensuração de índice educacional. Na Tabela 5, percebe-se que a significância do CPC chegou

em 0,052 apenas dois centésimos acima do limite, caso considerado uma margem de erro maior, é possível considerara que tal índice possuiria relação com o exame de suficiência.

Visando criar um entendimento das relações entre as modalidades e seu impacto nos índices educacionais presentes neste trabalho, usou-o teste de correlação, para determinar se alguns dois índices possuíam relação. Realizado, fora obtido a Tabela 6, que apresenta os dados da correlação das instituições presenciais, onde o resultado foi uma rejeição de hipótese, pois nenhum dos resultados de significância alcançou a margem mínima de segurança de 5%, para estabelecer relações. Outro aspecto a ser considerado, é quanto a ausência de resultado de algumas variáveis, estas que não apresentavam dados suficientes para estabelecer um resultado.

Tabela 6 – Teste de Correlação de Instituições Presenciais

VARIÁVEL	Coefficiente (%)	Significância	Qui-Quadrado
ENADE	1,622	0,998	0,000
CC	6,800	0,075	5,178
CPC	4,394	0,250	2,773

Onde: CC: Conceito do Curso; CPC: Conceito Preliminar do Curso; ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Visto que não ocorreu relação entre os índices nas instituições presenciais, é possível traçar uma relação entre Scaglione (2011) e Pinguello (2018), que explanam sobre a dificuldade de estabelecer uma análise estatística completa entre os dados do exame de suficiência em regiões com pouca dispersão de controle institucional, ou seja, a falta de instituições com todos os índices de mensuração educacional. Outra consideração é a relação tênue dos resultados dos índices, principalmente o ENADE, com a realidade, contudo ainda não se despreza os resultados obtidos, sendo a hipótese rejeitada, não ofertando relação entre instituições presenciais e os resultados do ENADE, CC e CPC.

Tabela 7 – Teste de Correlação de Instituições EaD

VARIÁVEL	Coefficiente (%)	Significância	Qui-Quadrado
ENADE	20,186	0,024	9,410
CC	22,512	0,003	11,737
CPC	13,575	424,000	2,799
IDD	11,423	0,885	0,648

Onde: CC: Conceito do Curso; CPC: Conceito Preliminar do Curso; IDD: Índice de Desenvolvimento entre os Desempenhos Observados e Esperados; ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As instituições a distância, já resultaram em situações diferente, conforme Tabela 7, onde dois índices dentro destas instituições representaram relação com o exame de suficiência. Os índices em questão são os mesmos que aparecem no teste de correlação geral, Tabela 5. Isto

demonstra, que dentro desta modalidade de instituição, os resultados obtidos no CC e no ENADE, demonstram interação com os resultados que os egressos terão ao realizar o exame, e como serão os resultados totais da instituição, em relação a sua região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar os objetivos dispostos neste trabalho, é possível estabelecer algumas considerações, que resumem e expressam os resultados obtidos através do instrumento metodológico realizado. Através de toda a aplicação do teste estatístico, a fidedignidade dos dados primários foi prioridade, assim promovendo um resultado claro e pouco passível a informações maliciosas. Através destes obteve-se a confirmação de duas hipóteses principais, elas que estão ligadas a relação entre os resultados do exame de suficiência e os resultados do ENADE e do CC, das instituições da região norte. Estas duas hipóteses correspondem diretamente ao resultado da significância destes dois índices, que obtiveram valores dentro dos 95% de confiança aceitável, como parâmetro.

Corroborando com Bugarim *et al* (2014), Correia (2011) e Gonzales e Ricardino Filho (2017), os dados apresentados demonstram que pode ocorrer uma interação significativa nos resultados do exame de suficiência, quando comparados aos dois índices do MEC, que foram citados. Os dados que apresentaram compatibilidade com os ideais dos autores foram o CC, este que determina a qualidade do curso através de uma análise presencial e humana, e também o ENADE, através deste resultado, percebe-se que as notas destes índices refletem no final do curso, e também posteriormente. Tal consideração permite compreender a importância da instituição possuir uma boa avaliação, para que desta forma a qualidade final dos egressos sejam compatíveis com as necessidades do mercado de trabalho. O ENADE, se tratando de um exame aplicado *in loco* nas instituições, e como uma das variáveis satisfatória neste trabalho, proporciona a visão, de que a forma de analisar o desempenho do acadêmico pelo MEC, é consideravelmente eficaz. Devido a esta condição, é compreensivo o aumento dos cuidados que a instituição deve expressar, para a evolução e preparação do discente durante sua jornada acadêmica.

Efetivamente os viés de modalidade aparentaram divergências em suas análises, levando em conta os dados descritivos, é fácil perceber que as instituições presenciais possuíam certa vantagem numérica, contudo os resultados não apresentaram perfeitamente isso, visto que a falta de alguns resultados dos índices educacionais, tornaram impossível a obtenção de todos os resultados. Tal situação era esperada, devido ao entendimento da não obrigatoriedade das instituições de possuírem todos os índices de ensino existentes. As resultantes da modalidade presencial foram insuficientes ou não apresentaram correlação, no ensino a distância, apesar da ausência de algumas variáveis, foi possível identificar que as mesmas variáveis do CC e ENADE, influenciavam nos índices de aprovação médio do Exame de Suficiência.

O tratamento de dados do teste multinominal demonstrou algumas características interessantes, tais como a pouca ocorrência de instituições com taxas de aprovações acima de 75%, estas geralmente sendo de administração pública. No tocante dos índices, a presença mais corrente era de resultados baixos, demonstrando uma ineficácia no ensino das IES analisadas em preparar o acadêmico para realização do Exame de Suficiência, sendo possível verificar tal situação, em todos os três anos analisados.

Em pesquisas futuras, é possível denotar algumas possibilidades derivativas deste trabalho, tais como o aprofundamento do estudo a nível estadual, para traçar uma visão macro e micro dos resultados. O estudo poderia ser aplicado também a nível nacional, formulando um cenário de todo o país, e oferecendo um comparativo entre cada região. Uma possível extensão deste, que pode ser observada brevemente, foi o tipo de administração, e sua possível influência nos resultados do exame de suficiência, o que poderia resultar em dados importantes para compreensão do cenário educacional contábil.

REFERÊNCIAS

- Andy, F. *Descobrendo a Estatística Usando o SPSS*. **Artmed**. v.2 n.1 Porto Alegre: Grupo A, 2009.
- ARANTES, D. A.; SILVA, D. M. Análise do Nível Cognitivo do Exame de Suficiência Contábil na Perspectiva da Taxonomia de Bloom. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 31, n. 2, p. 221-244, 2020.
- BUGARIM, M. C. C.; RODRIGUES, L. L.; PINHO, J. C. C.; MACHADO, D. Q. O desempenho dos profissionais de contabilidade no exame de suficiência do CFC: uma análise de conglomerados regionais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 8, n. 22, p. 60-71, 2014.
- CARVALHO, A. F. D. A Era Digital e suas Contribuições para a Contabilidade: Evolução Histórica dos Processos Contábeis. Repositório Institucional UEA, Salvador, p. *, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. exame de suficiência. DF: Brasília, 2020.
- CORDEIRO, A.; RAUSCH, R. B. O Processo de Ensino na Modalidade a Distância: Facilidades e Dificuldades na Percepção de Discentes do Curso de Ciências Contábeis. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ), João Pessoa/OB, 10, 20 a 22 Novembro 2011. 43 - 60.
- CORREIA, J. H. B. O Exame de Suficiência Contábil: Sua Finalidade e Breve Histórico. *CiênciasContábeis.com*, 10 Agosto 2011.
- COSTA, C. F.; SILVA, S. M. G. Novo Neoliberalismo Acadêmico e o Ensino Superior no Brasil. *READ. Revista Eletrônica de Administração*, v. 25, n. 3, p. 6-35, 2019.
- FERRETI, C. J. A Reforma do Ensino Médio e sua Questionável Concepção de Qualidade da Educação. *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, Guajará-Mirim, v. spn, n. 16, p. 83 - 108, Julho - Dezembro 2017.
- FIALHO, S. H.; BARROS, M. J. F.; RANGEL, M. T. R. Desafios da Regulação da EAD no Ensino Superior no Brasil: Estrutura, Diálogo e Autonomia Institucional. *Revista Gestão & Planejamento*, v. 20, n. 1, p. 110-125, 2019.
- GALVÃO, N. Percepção dos Contadores sobre o Exame de Suficiência do CFC. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 15, n. 45, p. 49-62, 2016.
- GONZALES, A.; RICARDINO FILHO. A. Transparência na Divulgação de Resultados do Exame de Suficiência do CFC. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 28, n. 1, p. 45-66, 2017.
- HERINGER, M. R.; GUIMARÃES, E. H. R.; PEREIRA, F. C. M.; NEVES, J. T. R.; FAGUNDES, A. I. J. Innovation in Brazilian Private Higher Education: A Proposal for the Application of Active Methodologies Based on the Flipped Classroom. *International Journal of Innovation*, v. 7, n. 2, p. 321-340, 2019.
- Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP). *NOTA TÉCNICA Nº 33/2017/CGCQES/DAES*.

KEMP, A. T. A Reforma do Ensino Médio no Brasil e seus Desdobramentos no Processo Formativo das Novas Gerações. *DI@LOGUS*, v. 7, n. 3, p. 99 - 111, Janeiro 2019.

LOCK, R. H.; LOCK, P. F.; MORGAN, K. L.; LOCK, E. F.; LOCK, D. F. **Estatística - Revelando o Poder dos dados**. ISBN: 978-0-470-60187-7. Grupo GEN, 2017.

MARÇAL, R. R.; MATOS, V. S.; CARVALHO, T. F. M.; CARVALHO, M. S. Avaliações de Desempenho no Ensino Contábil Brasileiro: Uma Análise Comparativa entre IES Diante do Exame de Suficiência do CFC. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 18, n. 2, p. 363-384, 2019.

MARCONI, M.; LAKATOS, M. A. E. *Metodologia do Trabalho Científico*, 8ª edição. Grupo GEN, 2017.

MENDONÇA, A. V. F.; MATTOS, C. A. C.; LAURINHO, S.; FRANCO, B. S. N. Autoeficácia e Autopercepção de Empregabilidade: Uma Investigação entre Concluintes do Ensino Superior. *Revista Gestão Organizacional*, v. 13, n. 2, p. 67-84, 2020.

MESQUITA, R. F.; VASCONCELOS, C. R. M. A Ambidestria da Prática Docente de Professores de Administração no Ensino Superior. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 1-23, 2020.

MEZZARI, Adelina. O uso da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) como reforço ao ensino presencial utilizando o ambiente de aprendizagem Moodle. *Rev. bras. educ. med.*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 114-121, Mar. 2011.

OLIVEIRA NETO, J. D.; KUROTORI, I. K. O retorno do exame de suficiência do CFC. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 14, n. 1, art. 5, p. 1-18, 2009.

OLIVEIRA, V. M.; NIELSON, C. D.; DUQUE, A. P. O.; ALVES, F. J. D. S. Uma Análise Comparativa de Conteúdo Contábil do Exame de Suficiência do CFC e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade): Uma Expectativa do Mercado de Trabalho. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 20, n. 3, p. 20-33, 2019.

PEREIRA, A. F.; SILVA, V. R. D. Comparativo de Desempenho no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade por Região e Instituições de Ensino Superior Pública e Privada 2011 - 2017. UFU, Uberlândia, janeiro - junho 2018.

PINGUELLO, L. Z. Ensino presencial e a distância: uma análise comparativa de indicadores de qualidade dos cursos de Ciências Contábeis ofertados em Criciúma/SC. UNES. Criciúma/SC: 2018.

REIS, A. D. J.; SILVA, S. L. D. A História da Contabilidade no Brasil. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, Salvador, v. 11, n. 1, agosto 2007.

RIBEIRO, M. F.; SARAIVA, V.; PEREIRA, P.; RIBEIRO, C. Escala de Motivação Acadêmica: Validação no Ensino Superior Público Português. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 23, n. 3, p. 288-310, 2019.

RIBEIRO, O. M.; COELHO, J. R. Princípios de Contabilidade. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, v. I, 2014.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. F. C. Nova República, Novas Práticas: Uma Análise do Processo de Empresarização do Ensino Superior no Brasil (1990-2010). Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 6, n. 15, p. 176-218, 2019.

SCAGLIONE, V. L. T. Avaliação da Educação Superior e a Gestão Universitária padrões de qualidade definidos pelas instituições de ensino superior, pelo MEC e pela sociedade, incluindo ENADE, IDD, CPC e IGC. XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul: II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis/SC. 7 a 9 de dezembro de 2011.

SILVA, C. M. D.; BARBOSA, C. A. M. Perspectivas e Impressões Sobre o Exame de Suficiência do CFC na Visão de Discentes do Curso de Graduação de Ciências Contábeis. Revista de Auditoria Governança e Contabilidade - RAGC, online, v. 6, n. 22, p. 114 - 128, julho - dezembro 2018.

SILVA, J. V.; DURIGON, A. R.; SILVA, J. V. V. M.; SANTOS, R. D. O Exame de Suficiência na Percepção dos Alunos de Ciências Contábeis. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 19, n. 1, p. 1-16, 2020.

SILVA, O. L.; GARCIA, E. A. R.; ALVES, E. C.; MARTINS, S. P. Exame de Suficiência: uma análise dos resultados como contribuição para a sociedade. Revista Mineira de Contabilidade, v. 1, n. 49, p. 25-33, 2013.

SOUZA, P. V. S.; SARDEIRO, L. S. M. A Relação entre o Exame de Suficiência Contábil e os Componentes do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 14, n. 2, p. 100-123, 2019.

SPRENGER, K. B.; KRONBAUER, C. A.; SILVESTRE, A. O.; AZEVEDO, E. R.; ALVES, T. W. Fatores Explicativos dos Índices de Aprovação no Exame de Suficiência Contábil. Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS, v. 18, n. 38, p. 4-18, 2018.



Biblioteca
Júlio Bordignon

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Marcos Vinicius de Freitas Castelli

CURSO: Ciências Contábeis

DATA DE ANÁLISE: 02.10.2020

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **5,45%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet 📌

Suspeitas confirmadas: **3,4%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados 📌

Texto analisado: **91,81%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.4.11
sexta-feira, 2 de outubro de 2020 15:46

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho do discente **MARCOS VINICIUS DE FREITAS CASTELLI**, n. de matrícula **26551**, do curso de Ciências Contábeis, foi **APROVADO** na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 5,45%. Devendo o aluno fazer as correções que se fizerem necessárias.

(assinado eletronicamente)
HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO
Bibliotecária CRB 1114/11
Biblioteca Júlio Bordignon
Faculdade de Educação e Meio Ambiente